



Índice

Lista de Siglas, 3

Apresentação, 4

Sumário Executivo, 6

1 Organização e atendimento das cooperativas no país, 7

1.1 Organização, 7

1.2 Unidades de atendimento, 8

2 Cooperados, 9

3 Participação do SNCC no SFN, 11

4 Principais dados econômico-financeiros, 16

4.1 Ativos totais, 16

4.2 Captações de cooperados, 17

4.3 Resultados e eficiência, 18

4.4 Patrimônio de Referência e Índice de Basileia, 20

4.5 Considerações finais, 22

Boxes

Incorporação de cooperativas de crédito, 7

Perfil das empresas que ingressaram no segmento cooperativo nos últimos três anos, 10

Participação do crédito tomado pelos cooperados no próprio SNCC, 15

Depósitos de municípios, 17

Auditoria cooperativa, 21

Lista de Siglas

BCB – Banco Central do Brasil
Cresol – Confederação Nacional das Cooperativas Centrais de Crédito e Economia Familiar e Solidária
Cosif – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
IB – Índice de Basileia
IF – Instituição financeira
LCA – Letra de Crédito do Agronegócio
PA – Posto de atendimento
PR – Patrimônio de Referência
RWA – Ativos ponderados pelo risco
SCR – Sistema de Informações de Crédito
SFN – Sistema Financeiro Nacional
Sicoob – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo
SNCC – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo
TVM – Títulos e Valores Mobiliários
Unicad – Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central
Unicred – Sistema de Crédito de Profissionais da Saúde

Apresentação

O presente relatório traz um panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) na data-base de 31 de dezembro de 2018. Nesta versão, o Panorama de Cooperativas ganha novos contornos, com uma avaliação mais detalhada da participação das cooperativas no crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e cinco novos boxes, que detalham aspectos relacionados a: i) crescimento de cooperativas incorporadoras; ii) cooperados; iii) demanda por crédito atendida pelas cooperativas; iv) depósitos de municípios; e v) auditoria cooperativa.

A primeira parte trata das principais tendências quanto à organização e capilaridade das cooperativas no país – e a distribuição destas no território nacional –, passando pela evolução da quantidade de cooperativas, pela diversificação do público associável e pelo aumento das unidades de atendimento.

O item referente às informações de cooperados aborda a evolução quantitativa, o percentual da população associada em cada região e os principais tipos de serviços financeiros demandados. Também foi incluído um box sobre o perfil das empresas que ingressaram nas cooperativas singulares nos últimos anos.

Em seguida, são apresentados aspectos relativos à participação do SNCC no SFN, evidenciando a representatividade das cooperativas nas modalidades de crédito e os segmentos de clientes que mais atuam, assim como seus níveis de risco e cobertura de provisões para créditos de difícil liquidação.

A última parte foi dividida em quatro tópicos, que apresentam as principais informações econômico-financeiras das cooperativas. O primeiro tópico se refere aos ativos, principalmente à carteira de crédito, com ênfase na contribuição do SNCC na atual retomada do crédito no sistema financeiro. A seção também contempla um box que apresenta uma avaliação quanto à participação do SNCC na demanda de crédito dos cooperados.

O tópico seguinte trata das principais captações e inclui um box sobre os depósitos de municípios, tipo de captação recentemente autorizado para as cooperativas singulares. Os dois últimos tópicos são dedicados exclusivamente às cooperativas de crédito singulares, analisando, entre outros aspectos, a geração de resultados, a distribuição de sobras, o rateio de perdas e a suficiência de capital dessas cooperativas.

Para a elaboração deste Panorama, foram utilizadas informações agregadas dos sistemas de Consolidação Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), de Informações de Crédito (SCR), de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (Unicad), das Informações sobre Relacionamentos de Cooperativa (Documento 5300) e de outras bases de dados disponíveis no Banco Central do Brasil (BCB). Todas as informações que integram as bases de dados avaliadas neste relatório são de responsabilidade das respectivas instituições financeiras.

Os dados contidos neste Panorama podem divergir de outras publicações e também das informações disponibilizadas no *site* do Banco Central por diversos motivos, como atraso na entrega ou substituição de documentos, forma de agregação de dados individuais, lacunas ou erros no preenchimento das informações, entre outros.

Sumário Executivo

- O SNCC continuou em processo de consolidação, com redução de cerca de 4% na quantidade de cooperativas de crédito singulares em atividade no período de um ano.

- As cooperativas aumentaram sua presença por meio de unidades físicas próprias em 7% no ano, alcançando 92% dos municípios da região Sul e 58% da região Sudeste.

- A quantidade de cooperados cresceu 9%, com taxa de crescimento de aproximadamente 18% das empresas e 8% das pessoas físicas.

- O SNCC continuou aumentando sua participação no SFN. O crescimento dos ativos totais no SNCC, em 2018, foi de mais de 18%, enquanto o total do SFN sem o SNCC foi de 7%.

- O crescimento da carteira de crédito do SNCC intensificou-se em 2018, em alinhamento com o atual movimento de recuperação da economia. O crescimento anual atingiu 23% em dezembro de 2018.

- Apesar de o estoque do sistema cooperativo representar apenas 7,9% do total de crédito varejo, sua atuação contribuiu significativamente na recente retomada do crédito.

- Em 2018, as cooperativas atuaram principalmente no crédito rural e no crédito pessoal sem consignação na carteira de pessoas físicas, e apareceram como forte opção para pequenas e médias empresas.

- A qualidade dos ativos de crédito das cooperativas é superior ao restante do SFN, mas essa diferença tem diminuído ao longo do tempo. Após queda em 2017, a cobertura dos ativos problemáticos do SNCC aumentou em 2018 e está em linha com a média do SFN.

- As captações de depósitos de associados no SNCC cresceram aproximadamente 18%.

- Em valores agregados, as cooperativas singulares continuaram com PR suficiente

para cumprir com folga as exigências mínimas estabelecidas pelas normas em vigor.

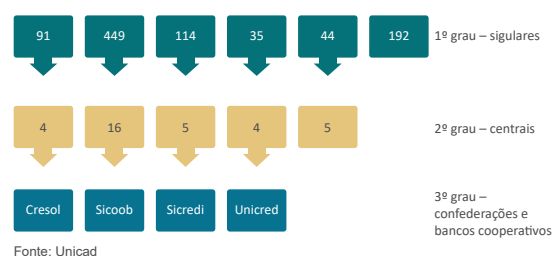
- O Índice de Basileia (IB) das singulares caiu de 30% para 27%, resultante principalmente de mudança normativa e de alteração na composição dos ativos, consistente com o aumento da participação das operações de crédito no ativo dessas cooperativas.

1 Organização e atendimento das cooperativas no país

1.1 Organização

Em 2018, o SNCC continuou em processo de consolidação, com redução de cerca de 4% na quantidade de cooperativas de crédito singulares em atividade: de 967, em dezembro de 2017, para 925, em dezembro de 2018 (Figura 1.1.1). As incorporações, principal motivo de redução, totalizaram 36 eventos. Além disso, ocorreram quatro dissoluções de sociedade e duas liquidações extrajudiciais. Nenhuma nova cooperativa de crédito entrou em atividade em 2018.

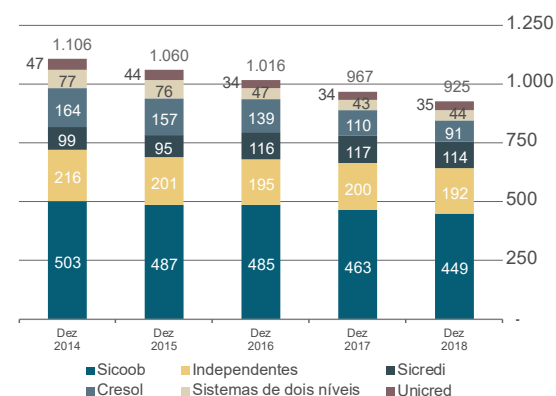
Figura 1.1.1 – Distribuição das IFs integrantes do SNCC em níveis – dez/2018



A redução foi mais intensa no sistema Cresol, que promoveu dezenove incorporações no ano, o que significou decréscimo de mais de 17% na sua quantidade de singulares. Esse processo tem

sido observado no sistema desde meados de 2015 (Gráfico 1.1.2).

Gráfico 1.1.2 – Evolução do número de cooperativas de crédito singulares por sistema



As incorporações permitem maior eficiência devido à diminuição dos custos, especialmente dos administrativos, que são um dos principais componentes das despesas das cooperativas. A maior profissionalização da administração, a ampliação da atuação e a maior diversificação no fornecimento de produtos e serviços também são alguns dos benefícios esperados nesse processo.

INCORPORAÇÃO DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO

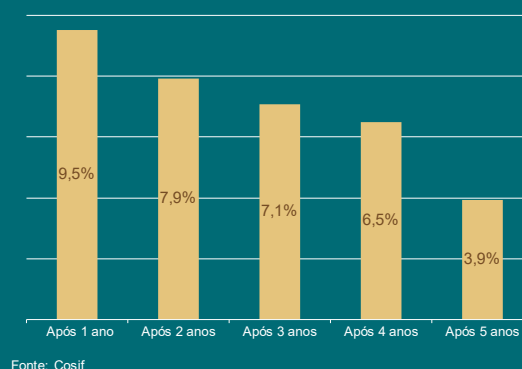
Nos últimos anos, tem-se observado aumento do número de cooperativas de crédito incorporadas. Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2018, 272 cooperativas de crédito singulares passaram por esse processo.

No momento da incorporação, essas operações representaram, em média, um acréscimo da ordem de 47% na carteira de crédito das cooperativas incorporadoras. Observa-se que, nos cinco anos seguintes à incorporação, a carteira de crédito das cooperativas incorporadoras cresceu acima da média do SNCC, conforme o Gráfico 1.1.3.

No primeiro ano da incorporação, o volume de operações de crédito das cooperativas incorporadoras aumentou, em média, 9,5% acima do crescimento médio do total de cooperativas. Para os anos seguintes, tais valores foram de 7,9%, 7,1%, 6,5% e 3,9%, respectivamente. Pode-se notar, assim, que as consequências da

incorporação não se restringem aos efeitos de curto prazo de agregação das carteiras.

Gráfico 1.1.3 – Cooperativas incorporadoras – Crescimento anual da carteira de crédito acima da média das cooperativas singulares* – 2012 a 2018



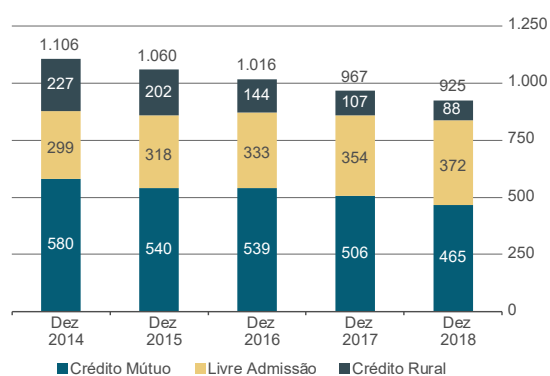
*Calculado a partir da média simples do crescimento da carteira de crédito das cooperativas incorporadoras subtraído do crescimento médio do SNCC para cada período.

Os dados do Censo de Cooperados (Documento 5300), disponíveis apenas para o período entre 2015 e 2018, mostram que o processo de incorporação levou à migração de 351.294 associados para as cooperativas

incorporadoras, representando um aumento de 32% de sua base de cooperados. Desse total, 89% (312.379) são pessoas físicas, e 11% (38.915) pessoas jurídicas.

O número de cooperativas de livre admissão de associados aumentou aproximadamente 5%, totalizando 372 singulares, em decorrência do processo de transformação de cooperativas de crédito rural e crédito mútuo, que apresentaram redução de 18% e 8% respectivamente (Gráfico 1.1.4).

Gráfico 1.1.4 – Evolução do número de cooperativas de crédito singulares por tipo



Fonte: Unicad

Após quinze anos da publicação da Resolução 3.106, que voltou a permitir que o estatuto das cooperativas de crédito singulares estabeleça a livre admissão de associados, elas representam mais da metade das singulares em alguns sistemas, como Sicredi, Ailos e Sicoob.

O crescente número de cooperativas de livre admissão reflete a busca por diversificar o perfil dos associados, antes restrito a determinadas categorias profissionais ou atividades econômicas. Em dezembro de 2018, as cooperativas de livre admissão de associados eram 40% do total de singulares em atividade no país, respondendo por quase 78% do ativo total do segmento.

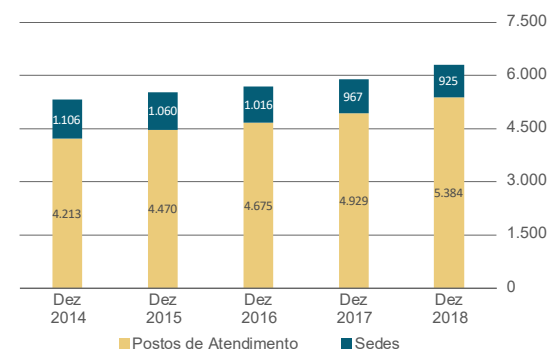
Em continuidade ao processo iniciado há alguns anos, as perspectivas ainda são de queda no número de singulares, com aumento na quantidade de cooperativas de livre admissão de associados, refletindo a contínua busca das entidades do setor por profissionalização, ganhos de escala, ampliação da atuação e diversificação no fornecimento de produtos e serviços.

1.2 Unidades de atendimento

As cooperativas aumentaram sua presença por meio de unidades físicas próprias em 7% no ano. As unidades de atendimento presencial incluem tanto os postos de atendimento quanto as sedes, uma vez que muitas singulares realizam diretamente o atendimento presencial aos seus cooperados. Além disso, existe no segmento o conceito de “agência” compartilhada, onde associados de várias cooperativas podem obter diversos tipos de serviços no mesmo espaço.

Enquanto o número de sedes recuou pouco mais de 4%, reflexo da redução do número de cooperativas, a quantidade de postos de atendimento aumentou em torno de 9% no ano, resultando no acréscimo de 413 unidades (Gráfico 1.2.1). Nos últimos quatro anos, o crescimento foi de cerca de 19%. Enquanto isso, os bancos têm reduzido a rede física para atendimento presencial. A quantidade de agências dos bancos apresentou retração de aproximadamente 10% nesse período.

Gráfico 1.2.1 – Evolução da quantidade de sedes e postos de atendimento de cooperativas de crédito singulares



Fonte: Unicad

O crescimento da rede de atendimento das cooperativas foi percebido em todas as regiões (Tabela 1.2.2), com inserção de 79 novos municípios que passaram a contar com pelo menos uma sede ou posto de atendimento das singulares. O percentual de municípios atendidos alcançou quase 92% na região Sul e 58% na Sudeste. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste ainda

apresentam baixo nível de presença, de 24% e 11%, respectivamente, apesar dos avanços observados nos últimos anos.

Tabela 1.2.2 – Percentual de municípios atendidos por cooperativas de crédito singulares por região

Região	2014	2015	2016	2017	2018
Sul	90%	90%	91%	91%	92%
Sudeste	53%	54%	54%	56%	58%
Centro-Oeste	49%	50%	52%	53%	56%
Norte	17%	19%	22%	23%	24%
Nordeste	8%	9%	9%	10%	11%
Total no país	43%	44%	45%	46%	47%

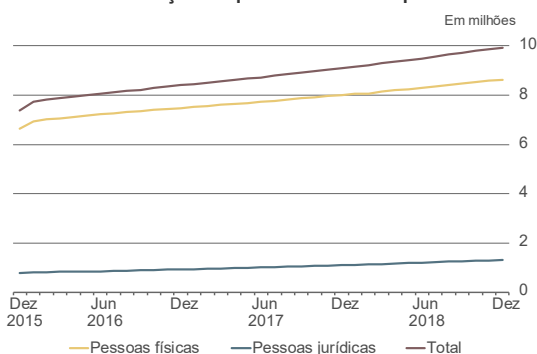
Fonte: Unacad

Há 182 municípios que contam apenas com o atendimento de cooperativas, todos com população abaixo de quinze mil habitantes, o que reforça o papel inclusivo que essas entidades possuem na sociedade, em particular em um país com dimensão geográfica como o Brasil. Sete desses municípios passaram a ter uma cooperativa atuando na região em 2018. Os municípios atendidos apenas por cooperativas representam perto de 8% das cidades da região Sul, 4% da Sudeste e 3% da Centro-Oeste.

2 Cooperados

Em 2018, a quantidade de cooperados atingiu 9,9 milhões, com crescimento de 9%, alta pouco maior que a verificada em 2017, quando variou cerca de 8%. As empresas continuam ingressando em forte ritmo no segmento, com aumento de aproximadamente 18%, enquanto o número de pessoas físicas associadas cresceu quase 8% (Gráfico 2.1). O Boxe 2 apresenta uma avaliação do perfil das empresas que ingressaram no cooperativismo no período de 2015 a 2018.

Gráfico 2.1 – Evolução da quantidade de cooperados ativos



Obs.: Contagem de CPF/CNPJ distintos
Fonte: Documento 5300

O aumento do número de cooperados pessoas físicas foi maior que o crescimento estimado para a população, de acordo com dados do IBGE. O percentual da população associada à cooperativa aumentou em todas as regiões, alcançando 4,2% no país (Tabela 2.2).

Tabela 2.2 – Percentual da população associada a cooperativa

Região	2015	2016	2017	2018
Centro-Oeste	3,9%	4,2%	4,4%	4,8%
Nordeste	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%
Norte	0,9%	0,9%	1,1%	1,2%
Sudeste	2,3%	2,6%	2,8%	2,9%
Sul	12,2%	13,8%	14,7%	15,6%
Total no país	3,3%	3,7%	3,9%	4,2%

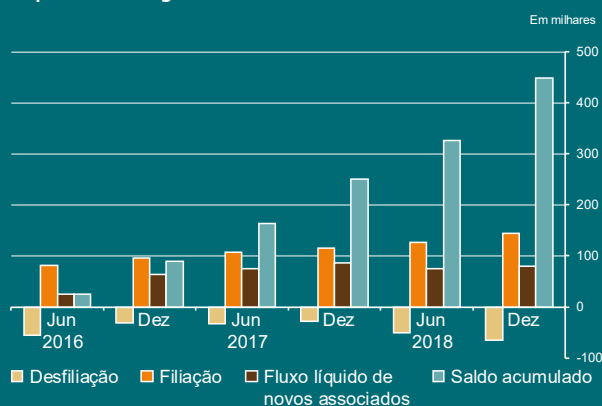
Fonte: Documento 5300 e IBGE

Em relação ao tipo de serviço financeiro demandado pelos cooperados, cerca de 41% das pessoas físicas e 44% das pessoas jurídicas associadas possuem operação de crédito no segmento, e 78% das pessoas físicas e 93% das pessoas jurídicas são titulares de contas de depósitos.

PERFIL DAS EMPRESAS QUE INGRESSARAM NO SEGMENTO COOPERATIVO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (dez/2015 a dez/2018)

O segmento cooperativo experimentou crescimento expressivo em sua base de associados nos últimos anos. O número de cooperados cresceu cerca de 9% em 2018, sendo de 8% o incremento de associados pessoas físicas e de 18% o de pessoas jurídicas. No ano anterior, a situação não foi diferente. A taxa de crescimento dos cooperados pessoas jurídicas em 2017 alcançou aproximadamente 19%, confirmando a tendência de forte expansão do cooperativismo entre esse grupo nos últimos anos. Considerando o movimento de entradas e saídas de filiados pessoas jurídicas nas singulares (Gráfico 2.3), observa-se que o fluxo líquido de novos entrantes no primeiro semestre de 2018 permaneceu em patamar próximo ao do mesmo período do ano anterior. Já no segundo semestre, apesar da queda no fluxo líquido em relação ao ano anterior, manteve-se o mesmo patamar do primeiro semestre, o que corresponde a um aumento líquido de cerca de 13 mil empresas por mês em 2018.

Gráfico 2.3 – Fluxo semestral de filiação de pessoas jurídicas nas cooperativas singulares



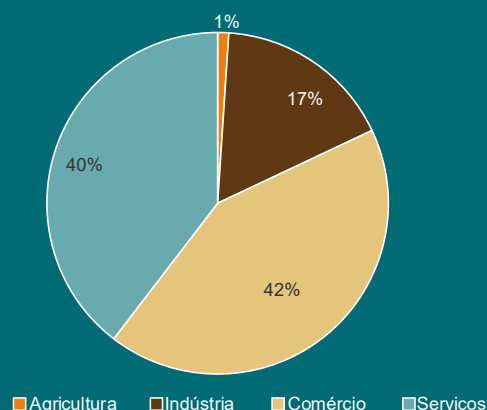
Fonte: Documento 5300

O acréscimo de empresas cooperadas acentuou-se a partir do segundo semestre de 2016, evidenciando que as cooperativas souberam tirar proveito do ambiente restritivo dos bancos em meio à crise financeira. Além disso, em geral, as cooperativas oferecem atualmente uma gama de serviços financeiros, o que, somado à sua atuação regional e vocação para oferecer soluções customizadas, tornam-nas uma opção interessante para determinados nichos de empresas. Ademais, muitas cooperativas oferecem serviços relacionados a meios de pagamento, como maquininha de cartão de crédito/débito, de cobrança, de emissão de boletos de pagamento, entre outros.

Quanto à atividade, aproximadamente 44% das empresas associadas após dezembro de 2015 dedicavam-se à prestação de serviços, e cerca de 39% ao comércio. Dentre as empresas prestadoras de serviços, destacaram-se as do ramo da alimentação e, dentre os estabelecimentos comerciais, os do ramo de comércio varejista em geral. Nota-se mudança no perfil de atividade dos novos

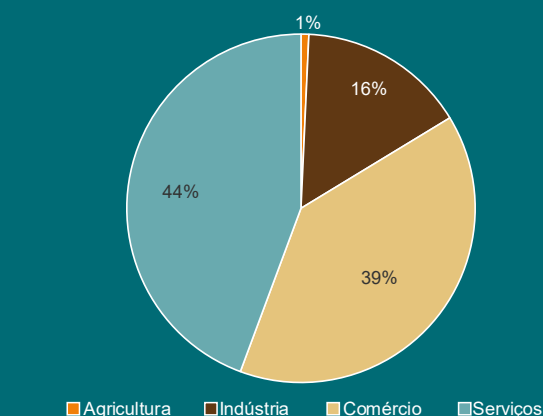
entrantes em relação ao que existia em dezembro de 2015 (Gráficos 2.4 e 2.5), quando predominava o comércio (42%), seguido das empresas prestadoras de serviços (40%).

Gráfico 2.4 – Atividade das empresas associadas até dez/2015



Fonte: Unicad

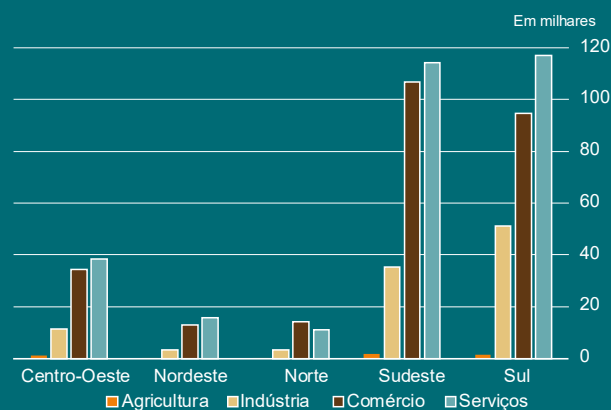
Gráfico 2.5 – Atividade das empresas associadas após dez/2015



Fonte: Unicad

Em relação à distribuição geográfica, a maioria das empresas que ingressaram no sistema cooperativo nos últimos três anos localiza-se nas regiões Sul (40%) e Sudeste (39%) (Gráfico 2.6). Do total das empresas cooperadas em dezembro de 2015, aproximadamente 48% situavam-se na região Sul e 32% na região Sudeste.

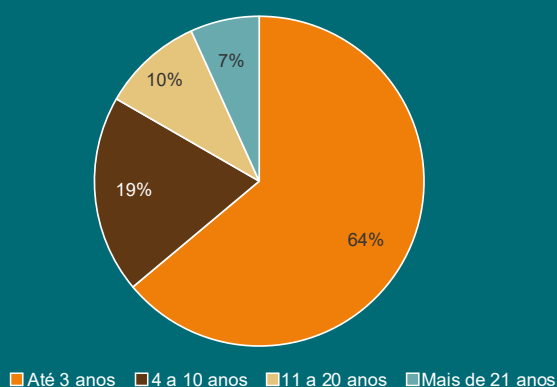
Gráfico 2.6 – Quantidade de empresas que se associaram a singulares entre dez/2015 e dez/2018 por atividade e região



Fonte: Documento 5300 e RFB

As empresas que se associaram a cooperativas de crédito a partir de dezembro de 2015 são predominantemente jovens. Cerca de 64% tinham até três anos de funcionamento quando ingressaram na cooperativa (Gráfico 2.7), percentual que vem crescendo, uma vez que as empresas jovens que se associaram antes desse período representavam pouco menos de 59%. No último estudo sobre Demografia das Empresas do IBGE,¹ em 2015, constatou-se que cerca de 54% das empresas sobreviveram após três anos de atividade e menos de 38% após cinco anos.

Gráfico 2.7 – Faixa de idade das empresas que ingressaram no segmento cooperativo de dez/2015 a dez/2018 na época em que se associaram a cooperativa



Fonte: Documento 5300 e RFB

1 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101151>.

Em síntese, o perfil das empresas que ingressaram no segmento cooperativo nos últimos três anos apresenta características ligeiramente distintas das até então filiadas. No geral, houve incremento nas empresas prestadoras de serviços, com melhor distribuição entre as regiões geográficas, mas ainda concentradas nas regiões Sul e Sudeste, e com incremento de empresas jovens. Por um lado, essas características se conectam com a ampliação do escopo de serviços financeiros prestados pelas cooperativas, assim como com o aumento de sua presença por meio de unidades físicas. O alto percentual de empresas jovens ingressando no segmento pode ser considerado uma oportunidade, tendo em vista que a maior proximidade da cooperativa com seu associado permite, em tese, melhores condições para avaliar e acompanhar a viabilidade de seu negócio. Por outro lado, pode significar um aumento no perfil de risco de suas carteiras, considerando o baixo índice de sobrevivência de empresas novas.

3 Participação do SNCC no SFN

O presente capítulo avalia a evolução da participação das cooperativas no SFN, com ênfase na carteira de crédito, seu principal ativo. O SNCC continuou aumentando sua representatividade no SFN, indicando que o segmento cresceu a taxas maiores que os demais segmentos em 2018. A participação dos ativos totais do SNCC aumentou de 2,43% para 2,69% do SFN. Os depósitos e a carteira de crédito também apresentaram crescimento (Tabela 3.1).

Tabela 3.1 – Ativo Total, Carteira de Crédito Total e Depósito Total do SNCC em relação ao SFN

Variável	2014	2015	2016	2017	2018
Ativo Total	1,7%	1,7%	2,1%	2,4%	2,7%
Carteira de Crédito Total	2,5%	2,6%	2,7%	3,2%	3,8%
Depósito Total	3,9%	4,1%	5,0%	5,3%	5,6%

Fonte: Cosif

No escopo da análise a seguir, foram excluídas as operações de crédito para grandes empresas e as operações de financiamento imobiliário. Esses ajustes são necessários, pois são mercados de baixa atuação das cooperativas, conforme se observa na Tabela 3.2. A exclusão permite uma comparação mais precisa do SNCC com o SFN. Essa agregação particular de operações de crédito passa aqui a ser denominada de Total de Crédito Varejo.

O ciclo de crescimento da carteira de crédito do SNCC intensificou-se em 2018, em alinhamento com o atual movimento de recuperação da economia. O crescimento anual atingiu 23% em dezembro de 2018, em comparação com 7% do restante do SFN.

Tabela 3.2 – Evolução da carteira ativa do SNCC – em R\$ bilhões

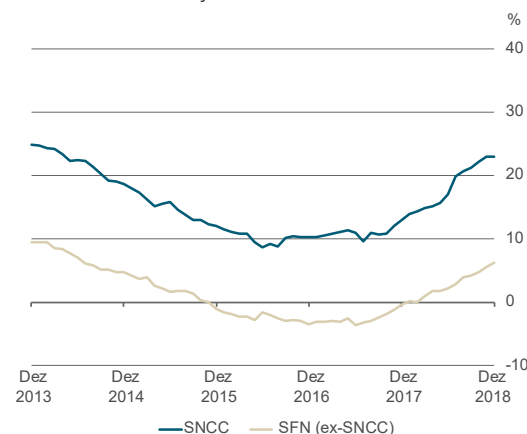
Tipo de cliente/ modalidade	Dez 2015	Dez 2016	Dez 2017	Dez 2018
Pessoa Física	58,3	64,4	74,0	89,6
Consignado	5,3	6,2	7,5	9,6
Empréstimo Pessoal	12,4	13,6	15,3	18,3
Veículos	3,6	3,1	3,1	4,1
Habitacional	0,0	0,1	0,1	0,3
Cartão de Crédito	1,8	2,5	3,5	4,7
Rural	25,4	28,4	33,0	39,3
Outros Créditos	9,7	10,5	11,6	13,4
Pessoa Jurídica	33,2	35,5	37,5	47,7
Pequenas e Médias Empresas	29,3	32,1	35,1	44,8
Capital de Giro	12,5	15,6	19,1	24,5
Investimento	2,8	2,7	3,0	4,9
Capital de Giro Rotativo	3,2	3,3	3,4	3,9
Operações com Recebíveis	3,6	3,7	3,9	4,2
Outros Créditos	3,6	3,4	3,6	4,8
Financ. Infraest./ Desenv./ Projeto	1,2	1,1	1,3	1,6
Rural e Agroindustrial	2,4	2,4	0,7	0,8
Grandes Empresas	4,0	3,4	2,4	2,9
Total	91,5	99,9	111,5	137,2

Fonte: SCR

Ao longo dos últimos cinco anos, o crescimento anual da carteira de crédito de varejo das cooperativas apresentou a mesma tendência do SFN, apesar de situarem-se em patamares diferentes (Gráfico 3.3). No mesmo período, enquanto o SNCC registrou crescimento próximo ou superior a 10% a.a., o restante do SFN chegou a apresentar decréscimo nominal de 3,6% da

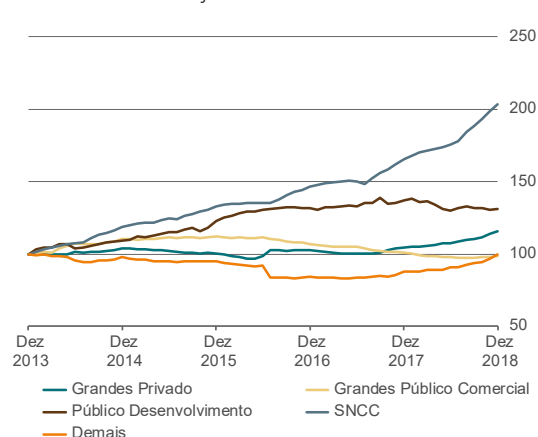
carteira nos anos mais agudos da crise econômica (2015/2016), com recuperação a partir de 2017.

Gráfico 3.3 – Crescimento anual
Total de Crédito Varejo



O crescimento da carteira de crédito das cooperativas foi superior a todos os segmentos de instituições financeiras do SFN nos últimos cinco anos, considerando as modalidades de crédito varejo (Gráfico 3.4)², mesmo quando comparado aos bancos públicos de desenvolvimento, cujo crescimento das operações de crédito direcionado foi intenso nos anos de 2014 a 2016.

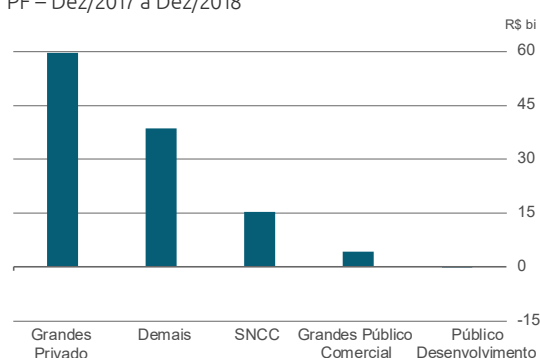
Gráfico 3.4 – Estoque de Crédito
Total de Crédito Varejo – Base 100



2 Os segmentos de instituições financeiras apresentados no gráfico são Grandes – Privado: maiores conglomerados bancários de controle privado; Grandes – Público Comercial: maiores conglomerados bancários de controle público comercial; Público Desenvolvimento: bancos de desenvolvimento de controle público; Demais: demais instituições financeiras bancárias e não bancárias; e SNCC: cooperativas singulares, centrais, confederações e banco cooperativos.

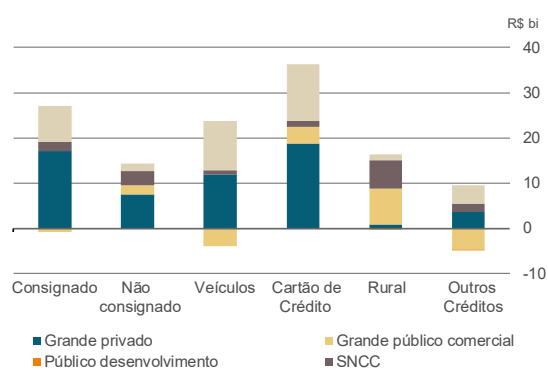
Apesar de a carteira de crédito do SNCC representar apenas 7,9% do estoque de Crédito Varejo do SFN, sua atuação tem contribuído para a retomada do crédito, especialmente nas carteiras de pequenas e médias empresas e de pessoas físicas. Dessa forma, ainda que os grandes bancos privados liderem a expansão de crédito à pessoa física, constata-se que as cooperativas adicionaram R\$15,4 bilhões ao estoque de crédito no ano de 2018, montantes que representam 13% do total da variação dessa carteira (Gráfico 3.5).

Gráfico 3.5 – Variação do Total de Crédito Varejo
PF – Dez/2017 a Dez/2018



Na carteira de pessoas físicas, as cooperativas atuam principalmente no crédito rural e no crédito pessoal sem consignação. No crédito rural, as cooperativas contribuíram com R\$6,3 bilhões para o aumento do estoque da modalidade, montante relevante quando comparado aos R\$8,0 bilhões acrescentados pelos grandes bancos públicos comerciais (Gráfico 3.6).

Gráfico 3.6 – Variação do Total de Crédito
PF – Ex-Habitacional – Dez/2017 a Dez/2018



Fonte: SCR

As cooperativas de crédito também são opção relevante para a oferta de crédito a pequenas e médias empresas, o que está associado com sua atuação regionalizada e próxima aos pequenos empresários. Dado o intenso movimento de desalavancagem do crédito direcionado ocorrido nos bancos públicos nos últimos anos, nota-se a importância do SNCC para esse segmento de clientes (Gráfico 3.7). As cooperativas acrescentaram R\$9,7 bilhões de crédito ao estoque de crédito de pequenas e médias empresas em 2018, com destaque para a modalidade de capital de giro, cujo saldo cresceu R\$5,8 bilhões, representando 52% da variação do saldo da modalidade (Gráfico 3.8).

Gráfico 3.7 – Variação do Total de Crédito Varejo
PMEs – Dez/2017 a Dez/2018

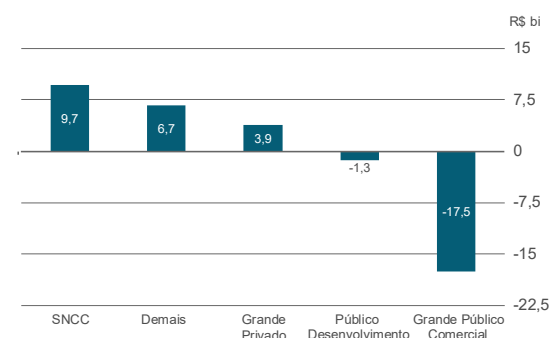
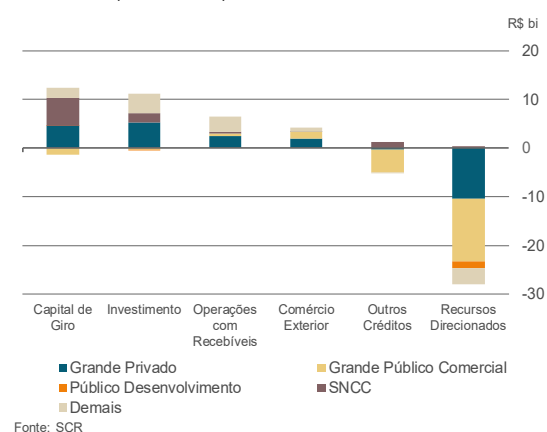


Gráfico 3.8 – Variação do Total de Crédito Varejo
PMEs - Dez/2017 a Dez/2018

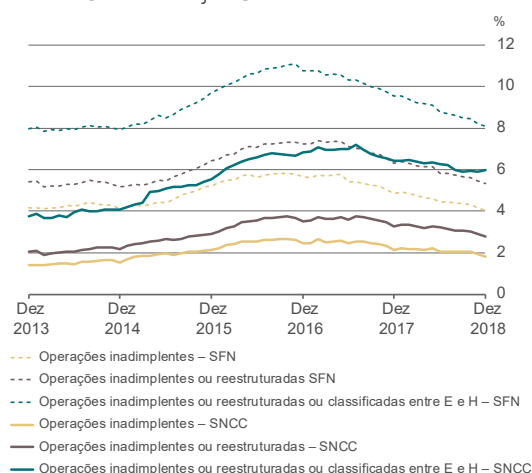


Fonte: SCR

A qualidade dos ativos de crédito das cooperativas é superior ao restante do SFN, mas essa diferença tem diminuído ao longo do tempo, como

mostra a participação dos ativos problemáticos³ na carteira.⁴ Os ativos problemáticos do SFN, embora já tenham voltado ao nível pré-crise, ainda apresentam tendência de queda (Gráfico 3.9). Por outro lado, as cooperativas já mostram índice estável, após redução em relação ao período de maior risco, mas em patamar mais elevado que o período de 2013/2014.

Gráfico 3.9 – Ativos Problemáticos
Total de Crédito Varejo – SFN



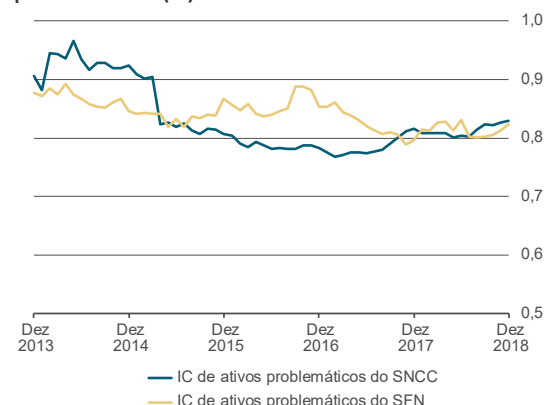
Dado o crescimento expressivo da carteira de crédito do SNCC nos últimos anos e a ligeira mudança no perfil de cooperados destacada no Capítulo 2 e no Boxe 2, espera-se que a qualidade dos ativos de crédito se aproxime ainda mais à do SFN nos próximos anos.

Na análise dos componentes da carteira de ativos problemáticos, identifica-se que as operações classificadas entre “E” e “H” e as operações inadimplentes permaneceram estáveis no último ano, enquanto as reestruturações diminuíram e impactaram positivamente o

indicador. Com a tendência de melhora das condições econômicas, espera-se um movimento de redução das reestruturações e concessões de melhor qualidade.

A cobertura dos ativos problemáticos⁵ do SNCC aumentou em 2018, após queda em 2017 (Gráfico 3.10). As provisões totais, quando comparadas com os ativos problemáticos, mantiveram-se acima de 80% durante todo o ano de 2018, acompanhando a tendência do SFN. O nível de provisões inferior ao valor total dos ativos problemáticos é esperado, pois nem todas essas operações levarão a perdas efetivas. Parte dos ativos problemáticos será renegociada, voltará à normalidade, possui garantias ou ainda apresenta algum nível de recuperação.

Gráfico 3.10 – Índice de cobertura de ativos problemáticos (IC)



Fonte: Cosif e SCR

Em resumo, observa-se que o sistema cooperativo vem apresentando incremento relevante de participação na carteira de crédito no SFN, tendo desempenhado importante papel ao longo da crise financeira e na recente retomada do crédito, em particular para os segmentos de pessoa física que mais atuam (crédito rural e empréstimo pessoal não consignado) e para as pequenas e médias empresas. Destaca-se que, apesar do elevado crescimento, o SNCC ainda possui menor nível de ativos problemáticos em relação à média do SFN e com cobertura de risco semelhante.

3 No Brasil, a definição de ativo problemático foi incorporada à estrutura regulatória por meio da Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e da Resolução 4.606, de 19 de outubro de 2017, que dispõem sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital.

4 Para fins de monitoramento, são consideradas como ativos problemáticos as operações de crédito em atraso há mais de noventa dias e as operações nas quais existem indícios de que respectiva obrigação não será integralmente honrada. Entende-se que há indicativos de que a obrigação não será integralmente honrada, entre outros eventos, quando a operação for objeto de reestruturação ou a instituição financeira reconhecer contabilmente uma deterioração significativa da qualidade do crédito, classificando-a entre os níveis de risco “E” e “H” da Resolução 2.682/1999.

5 Para o cálculo do índice de cobertura dos ativos problemáticos, foram consideradas todas as modalidades de crédito, uma vez que as provisões referem-se a dados contábeis de todas as operações da carteira. Até julho de 2015, algumas instituições enviavam os dados de provisão trimestralmente, portanto os dados foram interpolados até essa data.

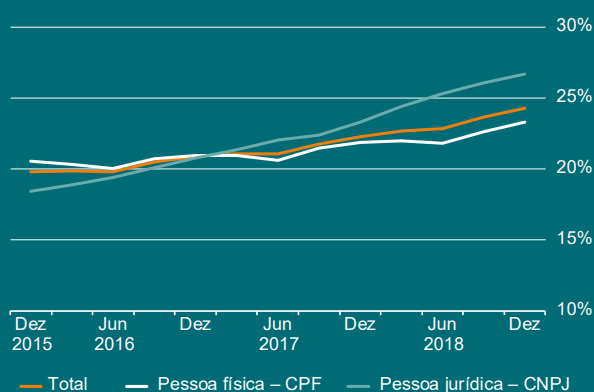
PARTICIPAÇÃO DO CRÉDITO TOMADO PELOS COOPERADOS NO PRÓPRIO SNCC

O presente Boxe avalia a participação do crédito tomado pelos cooperados no SNCC, buscando melhor compreender o seu comportamento como tomadores de crédito e o potencial de crescimento das cooperativas na própria base de filiados. A partir do cruzamento de dados do Documento 5300 (Informações sobre Relacionamentos de Cooperativa) e do SCR, foi calculado o percentual do crédito dos associados atendido pelo SNCC. Ressalte-se que foram excluídos da análise as grandes empresas e outros nichos de baixa atuação das cooperativas.

O Gráfico 3.11 evidencia que, no geral, em dezembro de 2018, 24,3% do crédito dos associados foram tomados com as cooperativas de crédito. Entre pessoas físicas, o índice foi de 23,3%, enquanto o de pessoas jurídicas, de 26,7%, ou seja, mais de 70% do crédito dos cooperados foi tomado fora do sistema cooperativo. Apesar de baixa, a participação do crédito tomado pelos cooperados no SNCC vem aumentando significativamente nos últimos anos, o que demonstra o êxito das cooperativas em oferecer alternativas de empréstimos e financiamentos cada vez mais aderentes às necessidades dos associados.

Esse crescimento é mais acentuado entre as pequenas e médias empresas, que pode estar relacionado com o aumento da atratividade das cooperativas para esse tipo de filiado (Capítulo 2), assim como com a relevância do SNCC no atendimento da demanda de crédito desses clientes, em particular preenchendo lacunas deixadas pelo sistema financeiro tradicional no período de crise (Capítulo 3).

Gráfico 3.11 – Participação do crédito tomado pelos cooperados no próprio SNCC



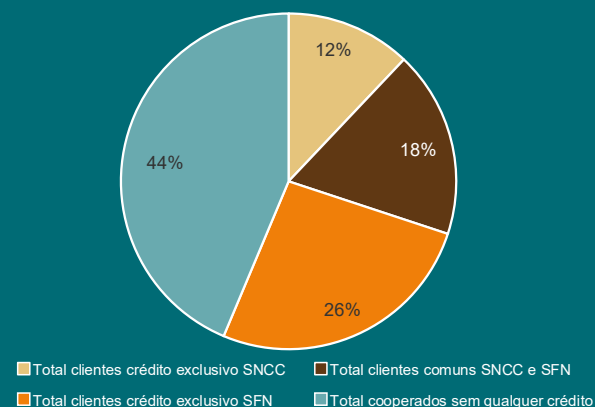
Fonte: SCR e Documento 5300

Não obstante o crescimento da participação do crédito tomado pelos cooperados no SNCC, os números revelam que o segmento possui grande potencial de

crescimento mesmo entre os associados (pessoas físicas e jurídicas) e nas modalidades de crédito em que já trabalha.

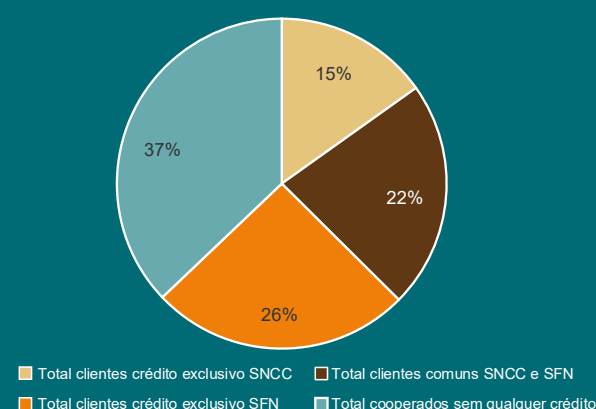
Em dezembro de 2015, cerca de 12% dos cooperados possuíam crédito exclusivamente no SNCC (Gráfico 3.12). Em dezembro de 2018, esse percentual aumentou para 15%. No último ano, a participação de associados com crédito no SNCC e no SFN foi de 22%, e 63% dos associados não possuíam crédito no SNCC (Gráfico 3.13).

Gráfico 3.12 – Distribuição dos cooperados em relação a crédito dez/2015



Fonte: Documento 5300 e SCR

Gráfico 3.13 – Distribuição dos cooperados em relação a crédito dez/2018



Fonte: Documento 5300 e SCR

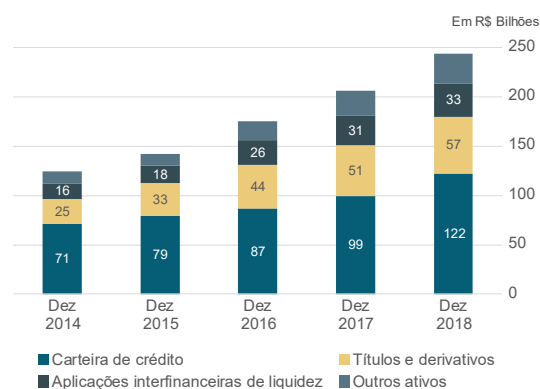
4 Principais dados econômico-financeiros

4.1 Ativos totais

Os ativos totais do SNCC foram calculados com base nos balancetes combinados dos bancos cooperativos, das confederações de crédito, das centrais dos sistemas de dois níveis e nos balancetes individuais das singulares independentes. A utilização dos balancetes combinados assenta-se no fato de que a simples soma das ativos das singulares, das centrais, dos bancos cooperativos e das confederações de crédito acarretaria a sobrevalorização do segmento, uma vez que a natural relação entre essas instituições gera duplicidades. Nos balancetes combinados, as operações realizadas entre instituições do mesmo sistema cooperativista são eliminadas, o que permite vislumbrar a real situação do segmento ao se considerar apenas as transações realizadas com terceiros.

O crescimento dos ativos totais no SNCC, em 2018, foi de aproximadamente 18%, enquanto o SFN cresceu em torno de 7% (Gráfico 4.1.1). Os ativos mais relevantes no SNCC são operações de crédito e títulos e valores mobiliários (TVM). Embora ambos tenham crescido significativamente, as operações de crédito tiveram maior variação, de 23%, enquanto os TVMs aumentaram 12%. Em consequência, a participação das operações de crédito nos ativos do SNCC aumentou de 48% para 50%, e a de TVMs caiu de 25% para 24%. Também houve redução na participação das aplicações interfinanceiras de liquidez, de 15% para 14%, indicando que o segmento direcionou parcela maior de recursos para a concessão de créditos, sua atividade-fim.

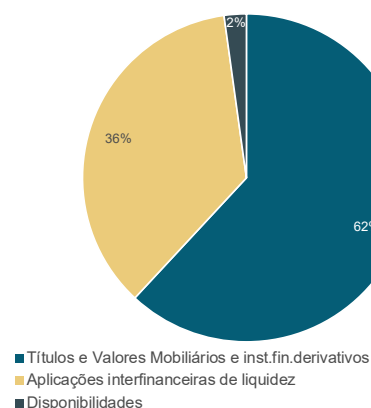
Gráfico 4.1.1 – Composição dos ativos do SNCC



Fonte: Cosif

Conforme detalhado no capítulo anterior, a carteira de crédito do SNCC totalizou R\$137 bilhões no final de 2018, e as aplicações de liquidez atingiram R\$90 bilhões. As cooperativas singulares podem aplicar diretamente no mercado financeiro ou utilizar o serviço de aplicação centralizada de recursos, ou centralização financeira, oferecido pelas cooperativas centrais às suas filiadas. A maior parte desses recursos é aplicada pelo SNCC em TVMs (Gráfico 4.1.2), principalmente em títulos de renda fixa e cotas de fundos de investimento, que representam cerca de 83% dos TVMs.

Gráfico 4.1.2 – Distribuição da aplicação de recursos do SNCC no mercado financeiro – dez/2018



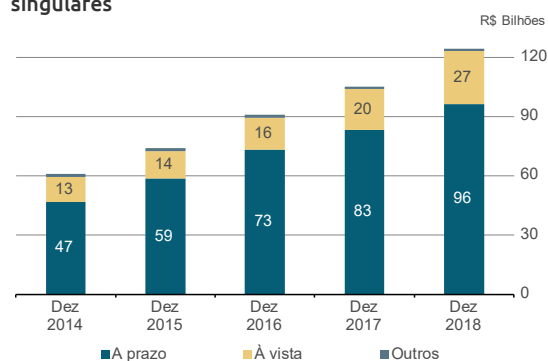
Fonte: Cosif

4.2 Captações de cooperados

As captações de depósitos de associados nas singulares, atividade exclusiva de cooperativas clássicas e plenas,⁶ cresceram aproximadamente 18%. Os cooperados são a principal fonte de recursos do segmento, responsáveis por cerca de 81% das captações. O restante é obtido por outros meios, como os repasses, os depósitos interfinanceiros e os empréstimos.

Os principais tipos de depósitos, a prazo e à vista, correspondentes a 96% das captações de associados nas singulares, cresceram 16% e 31%, respectivamente, alcançando o saldo de cerca de R\$123 bilhões (Gráfico 4.2.1).

Gráfico 4.2.1 – Depósitos de associados nas cooperativas singulares



Fonte: Cosif

Outro tipo de captação realizado pelas singulares com seus associados são as Letras

6 Resolução 4.434, de 5 de agosto de 2015.

de Crédito do Agronegócio (LCA). Embora representem apenas 2% do total das captações, as LCAs vêm aumentando sua participação na estrutura de captação do segmento. Em 2018, o estoque de LCA continuou crescendo de forma significativa, à taxa de 57%. No sistema financeiro em geral, o saldo ficou praticamente estagnado em relação ao ano anterior.

O SNCC também recebe depósitos de poupança por meio dos bancos cooperativos, que são aplicados principalmente em crédito rural. O saldo desse tipo de depósito cresceu 37% no SNCC, ultrapassando R\$18 bilhões.

Os depositantes das cooperativas de crédito e dos bancos cooperativos contam com a garantia do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) até o valor de R\$250 mil em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial. Também com efeito de conferir mais segurança aos aplicadores, entrou em vigor normativo⁷ que determina o registro dos títulos de crédito, dos contratos de depósitos a prazo e dos valores mobiliários em sistemas de registro de ativos financeiros e de valores mobiliários autorizados a funcionar pelo BCB ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O registro dos ativos financeiros em sistemas eletrônicos nas câmaras de custódia proporciona maior transparência a essas operações e, em consequência, maior segurança aos titulares das aplicações.

7 Resolução 4.593, de 28 de agosto de 2017

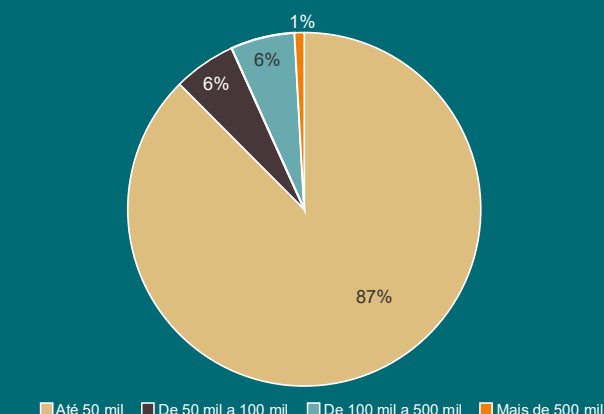
DEPÓSITOS DE MUNICÍPIOS

Em atendimento a antiga demanda do segmento, a Lei Complementar 161, de 4 de janeiro de 2018, alterou o art. 2º da Lei Complementar 130, de 17 de abril de 2009, permitindo às cooperativas de crédito a captação de recursos dos Municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, desde que estejam na área de atuação da cooperativa. Vale lembrar que a permissão concedida pela norma diz respeito apenas à captação de recursos, não abrangendo as operações de crédito que continuam restritas aos associados. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas autarquias, fundações e empresas estatais

dependentes, não podem ser admitidos no quadro social das cooperativas de crédito.

Decorrido quase um ano da vigência da lei, mais de 170 cooperativas declararam possuir relacionamento com mais de novecentos municípios, órgãos, entidades ou empresas a eles ligadas. Tais entes estão localizados em 680 municípios diferentes, a grande maioria com menos de cinquenta mil habitantes (Gráfico 4.2.2).

Gráfico 4.2.2 – Distribuição dos municípios que possuem relacionamento com cooperativas singulares por faixa de população



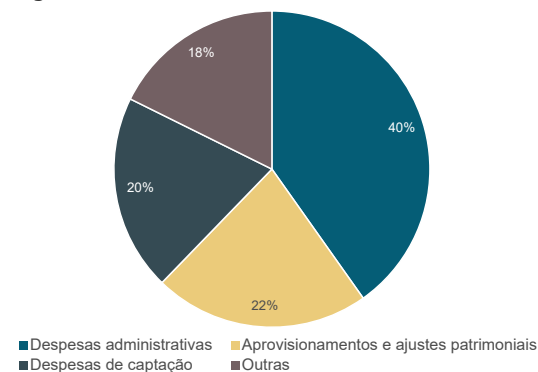
Fonte: Documento 5300 e IBGE

Em dezembro de 2018, as singulares registraram mais de R\$60 milhões em depósitos provenientes dos entes municipais, média de cerca de R\$90 mil por município.

4.3 Resultados e eficiência

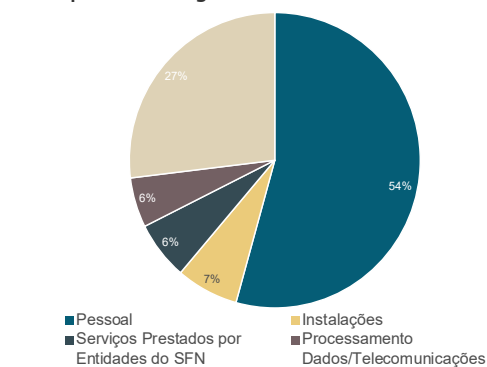
As despesas administrativas são a principal despesa do segmento (Gráfico 4.3.1), representando 40% das despesas operacionais, sendo a maioria despesas de pessoal (Gráfico 4.3.2).

Gráfico 4.3.1 – Participação dos componentes das despesas operacionais de cooperativas de crédito singulares – 2018 – acumulado anual



Fonte: Cosif

Gráfico 4.3.2 – Composição das despesas administrativas de cooperativas singulares – 2018 – acumulado anual



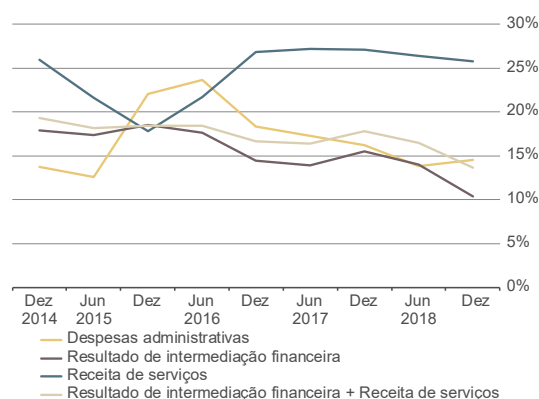
Fonte: Cosif

Nos bancos, em geral, a receita de serviços cobre a maior parte das despesas administrativas. De acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira⁸ (REF) de abril de 2019, 68,6% das despesas administrativas foram cobertas pelas receitas de serviços em 2018. No entanto, as cooperativas de crédito, em geral, cobram poucas tarifas de serviços. Com isso, as despesas administrativas precisam ser cobertas com o resultado da intermediação financeira.

As taxas de crescimento em doze meses do resultado da intermediação financeira ficaram abaixo do observado nas despesas administrativas durante a maior parte do período contido no Gráfico 4.4.3, sendo que, a partir de dezembro de 2016, as receitas de serviços aumentaram significativamente, contribuindo para não agravar o comprometimento das receitas com o custeio desse tipo de despesa. No entanto, observa-se uma tendência, a partir de dezembro de 2017, de queda no crescimento anual do resultado de intermediação financeira e das receitas de serviços e de aumento nas taxas relativas às despesas administrativas ao final de 2018, indicando piora na eficiência da administração dos resultados provenientes das atividades principais das cooperativas.

8 Disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref>.

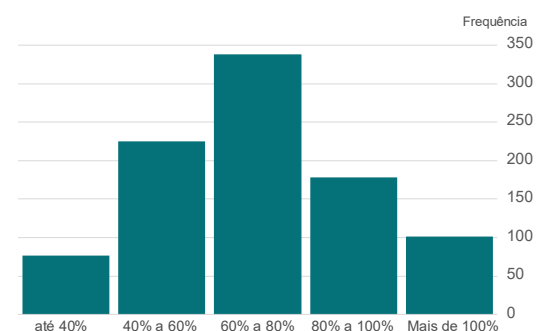
Gráfico 4.3.3 – Evolução das taxas de crescimento das despesas administrativas, do resultado de intermediação financeira e das receitas de serviços das cooperativas singulares – 12 meses



Fonte: Cosif

O Gráfico 4.3.4 revela que, em dezembro de 2018, o grupo mais numeroso de singulares encontra-se na faixa de 60% a 80% de comprometimento dos resultados de intermediação financeira e receitas de serviços com as despesas administrativas. Em mais de cem cooperativas, as despesas administrativas superaram os resultados de intermediação financeira e receitas de serviços. Isso não significa que não sejam viáveis em termos econômico-financeiros, uma vez que o gráfico retrata um único momento no tempo. No entanto, a persistência dessa situação por período prolongado pode indicar problemas na administração dos negócios ou na estrutura de custos da instituição.

Gráfico 4.3.4 – Custo operacional de cooperativas singulares – dez/2018 – acumulado 12 meses

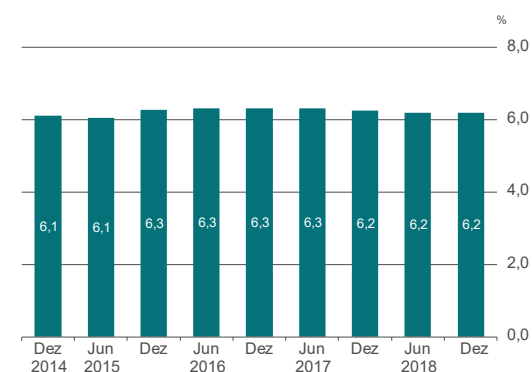


Fonte: Cosif

Ressalta-se que existem cooperativas em que as despesas gerais da sociedade são cobertas pelos associados mediante rateio, possibilidade prevista nos arts. 80 e 81 da Lei 5.764, de 1971. Nesse caso, as receitas provenientes do rateio são registradas em contas⁹ que não sensibilizam os indicadores de eficiência que têm como base o resultado de intermediação.

A representatividade das despesas administrativas em relação ao ativo permaneceu estável em 2018 (Gráfico 4.3.5).

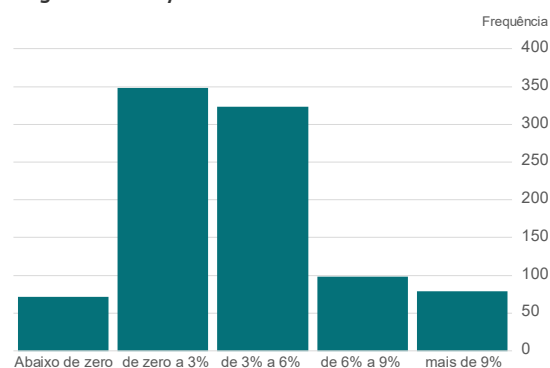
Gráfico 4.3.5 – Evolução da despesa administrativa em relação ao ativo total em cooperativas singulares – acumulado 12 meses



Fonte: Cosif

Considerando o indicador rentabilidade do ativo,¹⁰ verifica-se que a maioria das singulares se encontra na faixa entre 0% e 6% (Gráfico 4.3.6).

Gráfico 4.3.6 – Rentabilidade do ativo de cooperativas singulares – dez/2018 – 12 meses

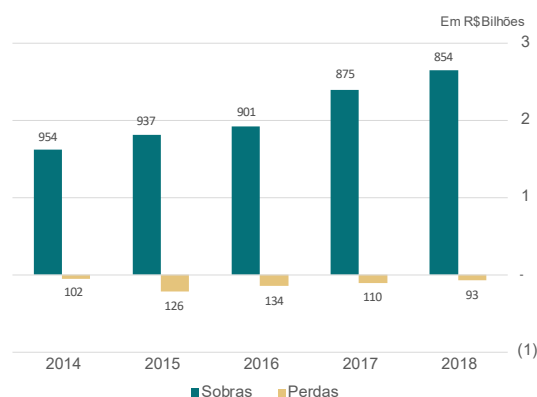


⁹ As contas utilizadas para o registro, em geral, não permitem identificar essa receita.

¹⁰ Lucro líquido dos últimos doze meses em relação à média do ativo total dos últimos treze meses.

O Gráfico 4.3.7 mostra as sobras ou perdas apuradas pelas singulares nos últimos cinco anos. Em 2018, as cooperativas apuraram cerca de R\$2,6 bilhões em sobras. Por outro lado, 10% das cooperativas apuraram perdas, que totalizaram aproximadamente R\$73,1 milhões.

Gráfico 4.3.7 – Sobras e perdas em cooperativas singulares – acumulado anual



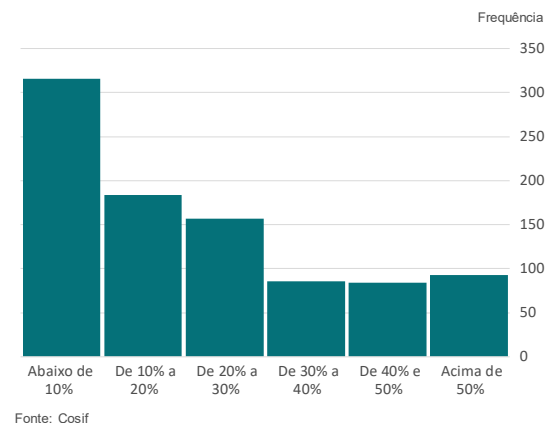
Fonte: Cosif

Obs.: as colunas referem-se ao valor em R\$ bilhões; e os números acima ou abaixo das barras, à quantidade de cooperativas com sobras ou perdas.

Em caso de perdas, as assembleias gerais devem deliberar se elas serão absorvidas pelo saldo das reservas ou pelo rateio entre os cooperados. Se não existirem reservas de lucros, ou se elas forem insuficientes, as perdas necessariamente devem ser rateadas entre os cooperados, o que demonstra a importância da constituição de um bom nível desses fundos.

Em termos agregados, o segmento tem aumentado seu nível de reservas. Em 2014, as reservas de lucros correspondiam a cerca de 27% do patrimônio líquido das singulares. Em 2018, as reservas chegaram a 34%. Quanto à distribuição, as singulares concentram-se na faixa na qual as reservas de lucros representam menos que 10% do patrimônio líquido (Gráfico 4.3.8), sendo que cerca de quarenta cooperativas possuem menos de 1%, o que resulta em alto risco de os associados terem que arcar com eventuais perdas.

Gráfico 4.3.8 – Reservas de Lucros em relação ao Patrimônio Líquido – cooperativas singulares – dez/2018



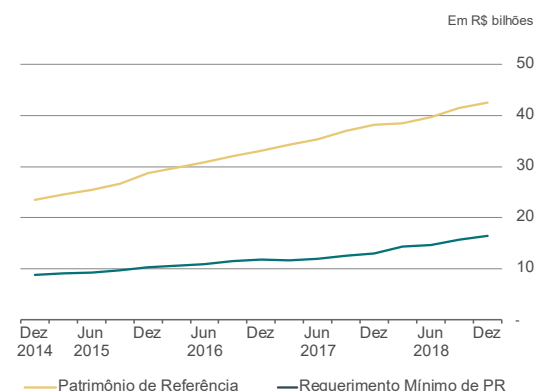
Fonte: Cosif

4.4 Patrimônio de Referência e Índice de Basileia

Em dezembro de 2018, 82 singulares estavam no segmento S4 (9%) e 843 optaram por integrar o segmento S5 (91%),¹¹ para o qual é permitida uma estrutura simplificada de gerenciamento de riscos e adoção de uma metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR).

Em valores agregados, as cooperativas singulares continuaram com PR suficiente para cumprir com folga as exigências mínimas estabelecidas pelas normas em vigor.

Gráfico 4.4.1 – Evolução do PR e do requerimento mínimo de PR das cooperativas singulares



Fonte: DLO e Cosif

¹¹ A utilização da metodologia facultativa simplificada impõe à cooperativa optante restrições quanto à realização de operações de maior risco, conforme Resolução 4.606, de 2017.

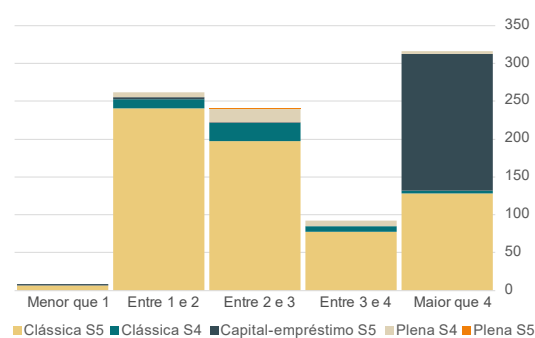
O Índice de Basileia (IB) agregado do SNCC caiu de 30% para 27%, sendo que o PR aumentou aproximadamente 11%, com destaque para as reservas de lucros, que cresceram 24% e representaram em torno de 35% do patrimônio. Já os ativos ponderados pelo risco (RWA) aumentaram 21%, por influência de mudança normativa que entrou em vigor em fevereiro.¹²

A redução do IB se deu tanto no S5, de 33% para 31%, quanto nas singulares do segmento S4, de 25% para 23%, mas ambos os segmentos apresentam níveis robustos de capitalização, bastante superiores aos requerimentos mínimos obrigatórios. Os ativos ponderados pelo risco no segmento S4 apresentaram crescimento expressivo, resultado do aumento da participação das operações de crédito e diminuição das aplicações em centralização financeira e TVM. Nas singulares do segmento S5, foi observado o mesmo evento, mas em menores proporções.

A redução da folga de capital decorrente de uma maior aplicação em sua atividade-fim, desde que observados os princípios de prudência e de gestão de riscos, pode ser considerada positiva para o segmento. A maioria das cooperativas possui significativa margem de capital. Em dezembro de 2018, mais de 70% das singulares possuíam mais que

o dobro do PR exigido (Gráfico 4.4.2), percentual que alcançou 98% das clássicas¹³ e 81% das plenas. Por outro lado, oito estavam desenhadradas em relação ao IB.

Gráfico 4.4.2 – Quantidade de cooperativas considerando a relação entre o PR e a exigência de capital – dez/2018



Fonte: DLO e Cosif

12 Com a Resolução 4.606, de 19 de outubro de 2017, o cálculo do requerimento mínimo de PR Simplificado foi alterado, sendo que, dentre essas alterações, destacam-se o aumento dos percentuais dos ativos ponderados pelo risco exigidos – de 10,5% para 12% para cooperativas filiadas a centrais, e de 15,5% para 17% para as singulares independentes – e a inclusão da parcela de risco operacional juntamente com o risco de crédito, que até então era a única parcela considerada para as cooperativas optantes pela apuração simplificada.

13 Categorias previstas na Resolução 4.434, de 5 de agosto de 2015, que classificou as cooperativas de acordo com as operações e atividades que são autorizadas a realizar.

AUDITORIA COOPERATIVA

O cronograma de implantação da auditoria cooperativa, conforme estabelecido pela Resolução 4.454, de 17 de dezembro de 2015, completou-se em 2018, atingindo todo o universo das quase mil cooperativas.

CREDENCIAMENTO



AUDITORIAS REALIZADAS EM 2018



Como resultado, as catorze empresas credenciadas a executar a atividade apresentaram um diagnóstico de cada uma das cooperativas de crédito brasileiras, abrangendo diversos aspectos, como desempenho operacional e situação econômico-financeira, políticas institucionais, governança corporativa, gerenciamento de riscos, prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, crédito rural e Proagro.

4.5 Considerações finais

O SNCC continuou crescendo a taxas expressivas em 2018, tanto em relação aos ativos totais quanto em relação à carteira de crédito e aos depósitos, o que permitiu o aumento de sua representatividade no SFN. Sua atuação contribuiu significativamente na recente retomada do crédito, principalmente em modalidades voltadas a produtores rurais e pequenos empresários, mas com pequena queda na qualidade desses ativos. Os desafios para o segmento são grandes para os próximos períodos, considerando principalmente a retomada do crédito no setor bancário e o crescimento de outros segmentos, como as instituições de pagamento. No entanto, as perspectivas são favoráveis para o setor, que conseguiu se apresentar como alternativa interessante para determinados nichos, com grande potencial de crescimento de sua carteira de crédito tanto entre os que já são cooperados como entre os que podem vir a se associar.

A eficiência operacional é, sem dúvida, uma das principais dificuldades a serem enfrentadas

pelo segmento. Embora tenha havido ligeira piora, especialmente na relação entre as despesas administrativas e os resultados de intermediação financeira e receitas de serviços, há boas oportunidades para melhora dos indicadores, seja por meio dos ganhos de escala a serem gerados no processo de consolidação por que passa o segmento, dos avanços tecnológicos e da intercooperação, seja por meio de outros esforços no sentido de conter a expansão dessas despesas e, assim, melhorar a eficiência.

Quanto ao capital, o segmento possui PR suficiente para cumprir com folga as exigências estabelecidas nas normas em vigor. A maioria de seus integrantes possui significativa margem de capital, capaz de suportar maior direcionamento de recursos para a concessão de créditos.

